

Para a crítica de certa razão histórica: sobre o método e os historiadores.

Eurelino Coelho¹

Professor Adjunto do DCHF/UEFS

Lab. de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais – LABELU/UEFS

Um artesão em sua oficina: ali está o historiador. Seu ofício é o de narrar, sua obra é um texto. Trabalha costurando outros textos (quaisquer retalhos que se deixem interpretar são aceitos como “textos”, mas geralmente são mesmo documentos escritos) que recolheu das fontes e aos quais acrescenta cuidadosamente os seus próprios. Não há um plano prévio para orientar a costura, apenas a decisão de remexer naquele conjunto de retalhos ao invés de outro. Os retalhos são arrumados segundo possibilidades de “encaixe” descobertas no manuseio e presos uns aos outros com os fios da narrativa. Há uma exigência: é preciso haver retalhos, é preciso trabalhar com eles porque, no fim, este é o ofício. Eis, afinal, a obra terminada (ela também um retalho feito de retalhos) e submetida ao julgamento severo dos leitores: *é bem escrita?*

O parágrafo acima é uma caricatura². No entanto, é bem possível que grande parte da produção historiográfica contemporânea, especialmente no campo daquilo que se convencionou denominar “nova história cultural” (Cf. Burke, 2005 e Hunt, 2001), possa ser reconhecida em um ou outro traço desta representação exagerada. Em casos mais extremos poderemos constatar até mesmo a defesa sem rodeios da natureza ficcional do saber histórico (Hayden White). Fica logo evidente que, quanto mais a atividade dos historiadores (a produção do conhecimento histórico) se aproxima deste “tipo ideal”, tanto menor a importância que possui a discussão sobre o método em História. E com efeito, o debate epistemológico e teórico-metodológico encontra-se fora de moda entre os historiadores. Não se deve mais falar em método, no singular, mas em práticas e experiências plurais de construção do saber histórico, escritas da história. Propõe-se, com certa frequência, a exclusão, nos currículos universitários, da disciplina Teoria da História com o argumento de que ela é perigosa

¹ Sou grato aos alunos da turma de Metodologia da Pesquisa em História do Mestrado em História da UEFS com os quais foram discutidas e aprofundadas várias idéias desenvolvidas neste texto.

² Para a qual a célebre imagem do “ofício do historiador” composta por Bloch (1976) e o livro de Dosse (1992) são inspirações evidentes.

e desnecessária: questões desta ordem (teoria e metodologia) deveriam ser alcançadas em cada disciplina específica, segundo perspectivas e abordagens que serão tanto melhores quanto mais fragmentárias. Também o objeto da história conservaria uma unidade apenas precária e genérica. Instituído pelas práticas de saber, sem direito a qualquer preexistência efetiva, o objeto se torna, ele também, múltiplo e irredutível a qualquer unidade.

Explodidos o método e o objeto, haveria ainda algum denominador comum, algo que autorize a referência à História como uma disciplina e aos historiadores como seus intelectuais? A erudição! Tesouro simbólico de todos os historiadores, apenas a erudição preservaria seu brilho discreto na noite paradigmática em que todos os gatos da História ficaram pardos. Assim pensam importantes intelectuais da História na atualidade, como Pesavento (2003).

Apresentarei, nos próximos parágrafos, algumas reflexões sobre o trabalho dos historiadores, sobre o seu *modo de trabalhar*, o seu *método*. Mais precisamente: meu argumento é o de que as características do *objeto* da História abrem questões metodológicas inescapáveis. Procurarei demonstrar que os problemas epistemológicos gerais inerentes à produção do conhecimento histórico não desaparecem quando historiadores desistem de pensar neles. Muito ao contrário, lançados porta afora, retornam imediata e silenciosamente pelas frestas e gretas e se instalam de novo na oficina do historiador, que age, entretanto, como se estivesse livre deles de fato. Contra esta auto-complacência proponho o retorno ao desafio de pensar sobre o método, assumindo todos os riscos. Não há certezas neste retorno ao método, mas é bom lembrar que, sendo um retorno, este caminho já foi trilhado antes e que sempre podemos aprender algo com as pistas deixadas por quem nos antecedeu. Em Marx e na sua *teoria da práxis* vamos encontrar essas pistas.

Uma questão clássica: a singularidade do objeto da História.

A História se ocupa daquilo que é singular? Feita a pergunta a um historiador do século XIX, a resposta seria, com grande probabilidade, afirmativa. Ainda hoje este poderia ser o caso quando se tratasse de história de acontecimentos, por exemplo, de história política: Moreira César derrotado em Canudos, a greve geral de 1917 ou o golpe civil-militar de 1964 devem ser vistos como eventos únicos se é que se pretende investigar-lhes a história. Somente um acontecimento que possui história própria (que

o fez acontecer do modo como aconteceu e não de outro modo) pode ser tomado como objeto da História. A hipótese contrária é, realmente, absurda: se a história de um acontecimento não é singular, então ela deveria se repetir. Mas então não se trata mais de história, que é sempre movimento, e sim da permanência de uma repetição. Por outro lado, como explicar a inexistência de dois acontecimentos históricos idênticos? A farsa não é a repetição exata da tragédia, o tio não reencarna no sobrinho, a França de 1851 não é a França de 1799. Além disso, cada acontecimento é protagonizado por sujeitos distintos, também irrepetíveis. Só mediante uma arbitrariedade metodológica se pode desconsiderar a evidência da singularidade dos sujeitos históricos.

Esta História confinada ao singular recusa-se a operar ao modo da ciência natural, isto é, através de deduções extraídas de leis gerais. No máximo admite formular indícios, quadros conceituais obtidos por indução, de alcance e validade restritos, como sugere Ginzburg com o seu “paradigma indiciário” (1989). Ela se mantém influente em nossos dias. Muitos historiadores contemporâneos realizam seu trabalho respeitando escrupulosamente estes limites, como os que procedem através da atualização do projeto weberiano de busca da “causação adequada” (cf. Weber, 1993), ou os que procuram aplicar modelos inspirados na etnografia como a “descrição densa” de Clifford Geertz (1989). O interesse manifestado por boa parte da história social pela subjetividade dos agentes também pode ter exatamente este caráter nos casos em que aparece acompanhado da recusa dos “modelos generalizantes” ou “sociológicos” de explicação. Por esta via, por exemplo, as pesquisas passam a priorizar o *escravo como sujeito* em detrimento da *escravidão como sistema*, ou a *identidade* em detrimento das *relações sociais*.

Uma maneira de livrar-se do incômodo que a singularidade do objeto provoca aos que buscam uma história científica é secundarizar o acontecimento. Através da porteira aberta pelo estruturalismo, desenvolveu-se no século XX uma história das regularidades, das normas, das restrições e das instituições. A idéia de protagonismo dos sujeitos cede passagem à problemática do assujeitamento, as estruturas saltam para o centro da explicação histórica. Invisíveis a olho nu, as estruturas se revelam somente mediante a superação da visão comum, prisioneira do empirismo e do historicismo, pelo olhar da ciência. As singularidades históricas seriam apenas efeitos combinatórios dos componentes da estrutura, variações finitas que só são possíveis em virtude da invariância estrutural. Um evento histórico não encontra sua explicação

num mero desdobramento temporal (ilusão historicista), mas na investigação da teia oculta de relações estruturais que criam o próprio espaço em que ele pode aparecer como evento. Uma hipótese igualmente difícil de ser negada. Aceitar o contrário implicaria em conformar-se com o plano das aparências, tomar o fenômeno (o evento singular) como autodeterminado. A verdade do salário não é ser ele a renda do trabalho, mas sim ser a forma pela qual o trabalho é explorado em sua relação com o capital. Somente em função desta relação de exploração (que não é evidente no plano empírico) existe o trabalho assalariado como fenômeno histórico.

A longa duração de Braudel, o par modo de produção/formação econômico-social no marxismo althusseriano, a “história imóvel” de Emmanuel Le Roy Ladurie, a formação discursiva foucaultiana: a História aqui já não privilegia o plano dos acontecimentos singulares, mas a ordem da estrutura que os subordina completamente. Esta linhagem de historiadores possui também seus herdeiros. Certo, o programa braudeliano não é facilmente reproduzível nas atuais condições dos centros de humanidades. Por seu turno, o legado de Althusser desperta cada vez menos interesse entre os historiadores, e isso não apenas porque leva o seu quinhão na crise geral do marxismo do final do século XX, mas também porque não teve como responder às questões formuladas por uma geração de historiadores que decidiu mergulhar nos arquivos e que encontrou em um autor como E. P. Thompson o seu campeão na cruzada contra o que eles acreditam ser o estruturalismo. Mas a problematização das permanências, dos regramentos e das formações discursivas, ou seja, a influência dos *Annales* e de Foucault permanece mais viva do que nunca sobre historiadores contemporâneos.

As duas formas de lidar com a questão da singularidade chocam-se contra limites que merecem ser examinados. Numa perspectiva ela (a singularidade) é admitida completamente, resultando daí uma metodologia indutiva e empirista. Tal método permite pensar o movimento, a trajetória, a transformação, mas somente dos entes singulares presos a cadeias causais finitas. Subjaz a este método uma concepção de singularidade como individualidade monádica, que pode estender-se somente até os limites da sua cadeia causal. Temos aqui um conhecimento do singular que se afirma mediante a exclusão da referência a qualquer totalidade. No limite, este modo de pensar pode começar a acreditar em subjetividades liberadas, propondo conceber o homem na esfera da liberdade e recusando qualquer abordagem orientada para a questão da determinação.

Na outra perspectiva, ao contrário, a singularidade é mitigada, reduzida a efeito da estrutura. O método aqui opera dedutivamente, fazendo aparecer as teias de relação (sistemas, formações) no interior das quais são instituídos os lugares dos sujeitos e os sentidos das suas práticas. A noção de estrutura dá acesso a uma certa visão de totalidade (mesmo que seja parcial e provisória, como as “formações” foucaultianas) mas, em compensação, embota a compreensão do movimento. A lógica da estrutura é a da norma, a repetição do mesmo. Não é fácil descobrir uma lógica de movimento e transformação no interior daquilo que é descrito como algo que nunca cessa de se reproduzir.

E, no entanto, há reprodução, sistema e totalidade mas também há transformação, singularidades e sujeitos na história. A exigência de dar conta de ambas as dimensões constitutivas do objeto não é eliminada pela decisão metodológica de privilegiar uma delas em detrimento da outra. Este é o dilema metodológico que se impõe a qualquer historiador, quer ele o enfrente conscientemente ou não. As limitações metodológicas mencionadas acima se tornam sérias exatamente por não reconhecerem plenamente a validade das questões formuladas do outro lado da linha que distingue a ordem da estrutura da ordem do movimento. Sem renunciar à unilateralidade de cada pressuposto, não é possível ir além da defesa da própria posição contra a posição adversária. Foi a isto que se reduziu o debate metodológico em História, nas raras ocasiões em que ele ainda é feito.

Em geral, nem isto: método passou a ser o nome impropriamente atribuído à descrição de procedimentos técnicos empregados para trabalhar com as fontes. Interrompida no plano metodológico, a discussão entre os historiadores somente pode se desenvolver no plano empírico. E com efeito, algumas reuniões de historiadores começam a ficar parecidas com feiras de artesanato erudito.

Uma questão de método: a dialética e a História.

O objeto da História não é desconcertante apenas pela sua incontornável singularidade. Uma das maiores dificuldades a serem transpostas por quem discute o método em História diz respeito a um aparente paradoxo: a dimensão *subjetiva* presente no *objeto*. Aqui é preciso dar razão à História Social: é difícil sustentar uma concepção sobre o objeto da História sem recorrer a uma problemática do sujeito.

Aquele que faz a história em circunstâncias que não escolheu não é, no entanto, um simples produto direto do meio e das circunstâncias: é preciso não esquecer que “são precisamente os homens que transformam as circunstâncias” (Marx, 1989:94). Pois as circunstâncias não se constituem em objeto da História exceto quando em presença de sujeitos. A diferença intransponível entre os objetos das ciências naturais e humanas é esta *constituição subjetiva do objeto* que preenche espaços de um mundo que era, até então, o da pura natureza com elementos não redutíveis diretamente a este mundo porque nascidos do trabalho, da moral, da cognição, da afetividade. Decerto nenhum destes elementos, tomados unilateralmente, é suficiente para fundar uma teoria do sujeito. Ela terá que se apoiar em outro conceito, como veremos. Mas não é exagerado afirmar que, onde quer que aqueles elementos não estejam de algum modo presentes, não se pode falar ali de existência humana. Neste sentido, a eliminação metodológica da subjetividade objetivada, que derivaria da “morte do sujeito” anunciada pelo estruturalismo, significaria o regresso à natureza e, por isso mesmo, a negação do humano como objeto de conhecimento.

Tendo chegado a este ponto, é preciso advertir contra o risco de curvar a vara até a extremidade oposta: uma concepção subjetivista do objeto da história não é menos unilateral e estéril do que a decretação metodológica da morte do sujeito. Este foi, porém, o caminho trilhado por algumas noções pós-modernas de história ou de política (Cf. Heller e Fehér, 1998) que propõem livrar os sujeitos de qualquer determinação exterior e pensá-los como puro desejo ou liberdade. Tampouco nos obriga, a constatação de que há uma dimensão subjetiva no objeto da História, a estar de acordo com Habermas (1981), para quem uma racionalidade comunicativa entre sujeitos, oposta à racionalidade instrumental, poderia animar uma nova epistemologia. O que tenho em mente é algo diferente: uma concepção do sujeito fundada na teoria da práxis.

O sujeito é uma realidade contraditória em vários aspectos. Tomemos dois. Ele é, num aspecto, sujeito no sentido comum, de ator/autor, *sujeito de*. Sua existência na história faz toda a diferença entre o mundo da natureza e o que resulta da ação humana. Esta ação, realizadora de uma obra que se distingue da e ultrapassa a natureza, não pode, a não ser por uma arbitrariedade metodológica, ser separada da subjetividade dos agentes e de tudo o que ela implica, como o fato de atribuir sentido à própria ação e ao mundo. Num outro aspecto, porém, o sujeito é sempre aquele que está submetido, sofre uma ação, é ou está *sujeito a*. A menos que aceitemos a idéia de

que cada um de nós recebe uma alma imortal que seria a nossa verdade última, é preciso reconhecer que a subjetividade não é anterior à história do próprio sujeito. Ela só se desenvolve através da relação com o que lhe é exterior e *contraposto*: a *objetividade* (*ob-jectum*; *Gegen-stand*). Esta relação limita e modela o sujeito, embora não completamente.

Estes aspectos são contraditórios, pois um é a negação do outro, e mutuamente implicados. A condição de estar *sujeito a* determina de modo absoluto o que o *sujeito de não* pode ser, fazer ou mesmo pensar, determina seus limites: Aristóteles não poderia compreender o fundamento do valor porque as condições históricas não haviam tornado possível este conhecimento. Determina, porém, apenas de modo relativo (tendencial) o que ele efetivamente será, fará ou pensará: é hoje possível conhecer o fundamento do valor, mas nem todos conhecerão. Tendencialmente, no entanto, se pode verificar que intelectuais (economistas) organicamente vinculados à burguesia apresentarão com mais frequência e intensidade rejeição à teoria (marxista) do valor. Não é uma lei de ferro: as trajetórias de Engels e Lukács são magníficos exemplos de que esta tendência, conquanto poderosa, não é absoluta.

Os sujeitos históricos são constituídos através desta contradição (determinam-se através do seu contrário) e a história deles é, em última instância, o desenvolvimento desta contradição. Ora, se a própria subjetividade não se esgota em si mesma, ou seja, se os sujeitos não podem ser considerados como auto-determinações, a História não pode limitar seu interesse à história das subjetividades. O indivíduo isolado, a subjetividade imanente ou a *natureza humana* são todas, por razões semelhantes, pistas falsas para os historiadores. Uma problemática dialética do sujeito começa pela noção de que a “essência *humana* (...) Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (Marx, 1989: 95). Se a História não tem como eclipsar a dimensão subjetiva do seu objeto, por outro lado a subjetividade não existe senão através da relação com o seu exterior, o mundo objetivo das relações sociais. Por esta via o sujeito se define como ser social e as relações sociais compõem, necessariamente, a outra dimensão constitutiva do objeto da História.

História será, então, sempre a investigação da história do ser social, isto é, de sujeitos determinados atuando em circunstâncias determinadas. Se aceitarmos esta forma de enunciar o objeto, teremos que concordar que a questão central da História é, muito a contragosto do *mainstream* historiográfico, a da *determinação*. Inteiramente distinta da idéia de causalção, a questão da determinação convida a

interrogar sobre como tal ação, tal sujeito e tais circunstâncias tornaram-se aquilo mesmo que efetivamente são, como se constituiu o seu modo *determinado* de ser. O problema da determinação é uma outra forma de abordar a própria história do ser social.

Sempre é possível levar em consideração apenas aspectos isolados da vida social ao estudar uma história qualquer. Retalhos costurados mostram, de algum modo, formas e cores que não são falsos em si mesmos. Concretamente, no entanto, a vida social é uma totalidade complexa de relações e a decisão metodológica de tomar somente um ou alguns de seus aspectos tem conseqüências que devem ser ponderadas. Claro, os historiadores podem desistir de pensar sobre o problema, declará-lo insolúvel ou indigno da sua atenção e confortarem-se com seus divertidos retalhos de retalhos. Não possuem, no entanto, meios para fazê-lo desaparecer.

Em se tratando da vida social, tudo o que for tomado ou considerado à parte do conjunto de relações sociais, que é, “na realidade”, a “essência da humanidade” será portador de uma incompletude radical. A única forma de lidar com esta incompletude sem recair numa deliberada unilateralidade é abrir-se para a totalidade, detectar e registrar as marcas da determinação do singular pela totalidade social. Mas, logo que se compreende que a questão da totalidade não pode ser abordada como enumeração ou inventário, compreende-se melhor a importância do conceito de práxis. Sujeitos, ações e circunstâncias tornam-se o que são através das relações ativadas pela práxis social. “Toda vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que conduzem ao misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis.” (Marx, 1989: 96). A própria história permanece envolta em misticismo se não compreendemos a práxis.

Nada seria mais equivocado do que acreditar que a idéia de práxis simplifica ou reduz o trabalho do historiador. Ao contrário, complexifica-o extraordinariamente. Saber que não pode haver vida social sem que estejam asseguradas (produzidas e reproduzidas) as condições materiais que a tornam possível, condições estas que dizem diretamente respeito às relações de produção e à práxis, não resolve de antemão o enigma da história. Apenas repõe perante o historiador a exigência de pensar seu objeto contra o pando de fundo da totalidade da vida social da qual ele não pode ser separado, a não ser por um ato de abstração.

Para uma História concebida como interrogação do *automovimento do ser social* (ser/relações), o método não oferece qualquer garantia prévia de resultados,

mas, ao contrário, abre um conjunto de *questões* incontornáveis. Tais questões decorrem, por um lado, da exigência de compreender o objeto em perspectiva relacional e inscrito na totalidade. Por outro lado, decorrem da exigência de submeter as próprias categorias de análise à crítica histórica radical, desafiando em todos os níveis a ilusão positivista da neutralidade. Seria interessante agora – mas seria demasiado longo para este espaço – mostrar como a mais promissora perspectiva para enfrentar estas questões (categorias analíticas radicalmente historicizadas e produzidas através da atividade crítica, inteligibilidade do objeto mediante a pesquisa da sua determinação histórica e relacional) encontra-se no método dialético desenvolvido por Marx. Este tema poderá ser desenvolvido em outra ocasião.

Referências bibliográficas.

- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, 3ª ed., Lisboa, Europa-América, 1976.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas*. 2ª. ed., São Paulo, Ensaio, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1995.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989.
- GUINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt, Surkamp, 1981.
- HELLER, Agnes e FEHÉR, Ferenc. *A Condição Política Pós-moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- MARX, Karl. Introdução a Para a Crítica da Economia Política. In: MARX, K. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes*. São Paulo, Nova Cultural, 1986, (col. Os Economistas).
- MARX, Karl. *O Capital* (Livro I). São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.
- WEBER, Max. Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura. In: WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. 2ª. ed., São Paulo, Cortez – Campinas, Edunicamp, 1993.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo, Edusp, 1994.